

3

A ideologia e a cultura no Estado Novo

3.1

A cultura e a cidadania como política de Estado

A estrutura do Estado tornava-se cada vez mais elaborada, com o objetivo de ampliar o controle do governo federal, limitando o máximo possível as influências das oligarquias regionais. Como parte da complexa organização estatal, as políticas de Vargas para a cultura foram um importante meio para a legitimação do regime. A “boa vontade” do presidente assegurava aos artistas brasileiros todo o apoio oficial que necessitassem. Dentro do campo das ações culturais se destaca o nome de Gustavo Capanema, o influente ministro de educação e saúde. Seu trabalho estava além da simples reforma do sistema de ensino, preocupando-se principalmente com a formação da nova sociedade brasileira.

A plataforma presidencial de Vargas em 1930 incluiu recursos para a criação de algumas agências federais novas para coordenar políticas de educação, saúde, e trabalho em um nível nacional. No espaço de dez dias depois de se tornar chefe do Governo Provisório, Vargas autorizou a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Juntos, esses dois ministérios estavam na vanguarda da campanha reformista do regime para desmontar um sistema federalista que havia deixado a educação, os cuidados com a saúde, as relações de trabalho, a política industrial, e a criação de uma política cultural para as oligarquias regionais e interesses privados. (Williams, 2001, p.53)

Por se tratarem de setores estratégicos para a manutenção de poder e privilégios, as disputas de diferentes grupos por cada posição no governo era grande, inclusive por aqueles que não tinham interesse em abrir mão de seu status. Mais do que um confronto de pontos de vista, o que ocorreu foi o embate de ideologias que se utilizaram de cada setor dentro do Estado como arena para os confrontos.

A expansão colossal da máquina burocrática ocorreu tanto no âmbito da administração direta como na esfera estratégica de espaços emergentes de negociação entre o estado-maior executivo e os diversos setores econômicos - institutos do Café, do Açúcar e do Alcool, do Mate, do Pinho, do Sal, Conselho de Planejamento Econômico etc. -, entre o governo central e outros grupos de interesse. Tais espaços dispunham, via de regra, de atribuições predominantemente consultivas e operavam como frentes de legitimação para a crescente ingerência do Estado em domínios da realidade até então sob a tutela de outras frações da classe dominante. O circuito de aparelhos sobre que se alicerçou tal processo veio propiciar as condições necessárias à cristalização de uma nova categoria social, o pessoal burocrático civil e militar. (Miceli, 2001, p.199)

Os ideólogos que prestaram apoio ao golpe de 1937 viram a oportunidade de afastar do país a ideologia liberal que pensavam ter por tanto tempo impedido aos brasileiros acesso pleno a seu legado cultural. Por isso, o Estado exercia um papel fundamental no processo de “renascença cultural” que estava em curso. O controle do governo federal se expandiu também para os meios de comunicação, onde a imprensa e o rádio passaram a ser considerados de “utilidade pública”. Para que pudessem difundir seus trabalhos, os profissionais de comunicação agora teriam que negociar os aspectos de exibição de seus trabalhos com o governo federal e suas agências locais, que seriam as responsáveis pelas punições aos veículos que se afastassem das programações consideradas apropriadas para o novo regime. Um passo importante para o mecanismo de gerenciamento cultural foi o estabelecimento, no ano de 1938, do Conselho Nacional de Cultura (CNC), que passou a ser o responsável pela coordenação de todas as atividades de desenvolvimento cultural promovidas direta ou indiretamente pelo Ministério da Educação e Cultura.

Mesmo que não tenha chegado a monopolizar o controle do mercado a contratação de serviços culturais, o poder público impôs-se não obstante como concessionário-mor dos padrões da legitimidade intelectual. As encomendas, os prêmios, as viagens de representação, as prebendas, tudo que ostentasse o timbre do oficialismo passou a constituir a caução daqueles que aspiravam ingressar no panteão da “cultura brasileira”. Nas palavras de Raymundo Faoro, “o brasileiro que se distingue há de ter prestado sua colaboração no aparelhamento estatal, não na empresa particular, no êxito dos negócios, nas contribuições à cultura, mas numa ética confuciana do bom servidor, com carreira administrativa e *curriculum vitae* aprovado de cima para baixo”. (Miceli, 2001, p.217)

A estrutura burocrática criada para administrar os mais diferentes aspectos da cultura nacional não evitava no entanto

as disputas por prestígio e poder dentro do próprio Estado. As tentativas de controle da programação educacional no rádio e no cinema por parte dos Ministros da Educação e da Justiça sinalizavam o conhecimento do potencial que os dois meios de comunicação de massa possuíam. O Ministério da Educação mantinha seu compromisso com seu papel na criação de uma sociedade saudável e esclarecida, enquanto o Ministério da Justiça buscava proteger a cultura nacional das ameaças internas e externas, além da promoção de cerimônias patrióticas.

No entanto, os esforços de Capanema em tornar seu ministério o coordenador das ações na área cultural, não obtiveram sucesso. Ainda no ano de 1937, o ministro propôs em um memorando que a responsabilidade pelo cinema e o rádio, transferida em 1934 para o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, voltasse às mãos do Ministério da Educação. No entanto após a instauração do Estado Novo, a ação contra a oposição interna e a repressão deu força maior para as ações da justiça e do DPDC.

Em julho de 1934, no entanto, Getúlio Vargas cria o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural junto ao Ministério da Justiça, esvaziando o Ministério da Educação não só da propaganda - que esse ministério, sob Capanema, possivelmente não queria - como também do rádio e do cinema. Esta decisão fez parte, sem dúvida, de um esforço de colocar os meios de comunicação de massas a serviço direto do Poder Executivo, uma iniciativa à qual não faltava a influência do Ministério da Propaganda alemão, recém-criado com a instalação do governo nacional-socialista em 1933. (Schwartzman, Bomeny, Costa, 2000, p.105)

Independente das ações e esforços no sentido de controlar os mecanismos de radiodifusão, o Ministério da Educação buscava desenvolver seu trabalho dando seqüência ao novo projeto de sociedade proposto por Vargas.

Se a tarefa educativa visava, mais do que a transmissão de conhecimentos, à formação de mentalidades, era natural que as atividades do ministério se ramificassem por muitas outras esferas, além da simples reforma do sistema escolar. Era necessário desenvolver a alta cultura do país, sua arte, sua música, suas letras; era necessário ter uma ação sobre os jovens e sobre as mulheres que garantisse o compromisso dos primeiros com os valores da nação que se construía, e o lugar das segundas na preservação de suas instituições básicas; era preciso, finalmente, impedir que a nacionalidade, ainda em fase tão incipiente de construção, fosse ameaçada por agentes abertos ou ocultos de outras culturas, outras ideologias e nações. Como sempre, estas ações do Ministério da Educação não se dariam no vazio, mas encontrariam outros setores,

movimentos e tendências com as quais seria necessário compor, transigir, ou enfrentar. (Schwartzman, Bomeny, Costa, 2000, p.97)

Os projetos que tratavam da questão da mulher se davam em duas frentes distintas mas complementares. Uma cuidaria de proteger a família, e outra cuidaria da educação para sua adequação ao papel dentro da célula familiar. O Plano Nacional de Educação, proposto no ano de 1937, não desenvolveu na prática o sistema de ensino “doméstico”, mas a análise de seu planejamento é útil para uma melhor compreensão dos mecanismos utilizados, ou pensados pelo Estado, para a reestruturação da sociedade. O objetivo seria o de criar cursos de conteúdo prático e profissionalizante, voltados para a área doméstica geral, agrícola e industrial. Enquanto o primeiro curso preparava para as tarefas do lar, os outros dois ensinavam técnicas de colheita e de industrialização caseira de alimentos respectivamente. As idéias possuem características semelhantes com algumas práticas adotadas na Alemanha nazista. Toby Clark comenta o papel da mulher na organização social nazista. Algumas revistas do Partido Nacional Socialista especialmente direcionadas para o público feminino buscavam apresentar a mulher desempenhando diferentes papéis na sociedade, e buscando estabelecer modelos de conduta desejáveis na sociedade nazista. As representações da mulher poderiam ir da guerreira nórdica à mulher que trabalha. No entanto Clark observa que a ideologia do partido buscava conciliar mensagens contraditórias, pois ao mesmo tempo enaltecia a força da mulher alemã, e valorizava a subserviência, canalizando o conceito da força feminina para a esfera doméstica e para a gestação dos filhos. A maternidade possuía um caráter especial, pois era o meio pelo qual a sociedade poderia se ampliar, fornecendo combatentes e mão-de-obra para o esforço de desenvolvimento da nação.

Um elemento importante para a estruturação do Estado alemão aparece igualmente como uma preocupação do governo brasileiro. A família também surgia como importante elemento para o desenvolvimento de uma sociedade mais fortalecida. Capanema propôs um projeto para o tema, onde buscava proteger a estrutura familiar, e ao mesmo tempo atender a necessidade de aumento da população.

Segundo o texto, a prosperidade, o prestígio e o poder de um país dependiam da sua população e de suas forças morais: a família era a fonte geradora de ambos. No dizer do preâmbulo do projeto, “a família é a maior base da política demográfica e ao mesmo tempo a fonte das mais elevadas inspirações de estímulo morais”. (Schwartzman, Bomeny, Costa, 2000, p.127)

Enquanto a mulher ganhava a responsabilidade de ser a base da sociedade cuidando da célula familiar, cabia aos jovens um papel mais dinâmico dentro do novo projeto político. Em todo o mundo existiu na década de 1930 uma tendência de formação de grupos juvenis que participavam de eventos e festividades onde reafirmavam seu compromisso de apoio e dedicação, além de celebrarem os ganhos dos regimes políticos que apoiavam. No Brasil, projetos para a criação de um grupo para mobilização da juventude, chamado de Organização Nacional da Juventude, foram propostos no ano de 1938, através do ministro da justiça Francisco Campos, que buscava inspiração nos modelos criados na Europa, os quais possuíam um caráter paramilitar de organização.

O documento original, parte dos arquivos Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, tem o timbre do Ministério da Justiça, e não traz nenhuma menção à participação do Ministério da Educação e Saúde em um empreendimento que poderia ser entendido como de cunho também educativo. Segundo ele, a organização político-miliciana da juventude caberia à direção e orientação exclusiva e direta do presidente da República e dos ministros de Estado da Guerra, da Justiça e da Marinha. O projeto, obedecendo à formalidade de um decreto-lei, é sucinto e objetivo, salientando apenas o esqueleto e os objetivos mais gerais da Organização, com algumas referências rápidas ao processamento e ao conteúdo político-ideológico da iniciativa. (Schwartzman, Bomeny, Costa, 2000, p.139)

A Organização seria administrada por uma junta, e seria dividida em setores, sendo o de aspirantes para jovens de oito a treze anos, e o de pioneiros, de treze aos dezoito. O projeto buscava disciplinar a juventude, preparando-a para assumir seu papel no “cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da nação”.

Coroando toda essa armação, não ficaram de fora os aspectos de orientação cívica e política necessárias à propagação do novo regime: o culto à bandeira, o canto do Hino Nacional e da Mocidade, o ensino de noções militares e patrióticas. Através da educação individual, praticada dentro da disciplina da Organização, contava-se com uma preparação para o exercício dos atos e deveres da vida civil, o que vale dizer, do fortalecimento de uma milícia civil organizada. A Organização deveria espelhar a vida familiar e social. Deveria ser a matriz geradora de comportamentos mais afinados à nova realidade política que deveria ser encarnada no país. Para tanto, enaltecia-se no projeto “o culto fervoroso dos símbolos e cânticos nacionais e o cumprimento mais rigoroso da disciplina da Organização e dos seus deveres na família e na sociedade”. (Schwartzman, Bomeny, Costa, 2000, p.141)

Apesar da complexa estruturação, o projeto de Francisco Campos não foi bem aceito por alguns setores do governo, entre eles o ministro da guerra Eurico Gaspar Dutra. As observações do ministro colocam como obstáculos ao projeto as diferenças entre o Brasil e os países que adotaram o modelo proposto, considerando também como obstáculos o alto índice de analfabetismo entre os jovens brasileiros, e o custo elevado para implementação. Além disso, a criação da Organização Nacional iria concorrer com o poder do exército, enfraquecendo a estrutura do Estado. No entanto, o ministro propôs uma solução alternativa, deslocando a estrutura político-ideológica da Organização para as escolas. A intenção seria de, ao mesmo tempo evitar despesas elevadas, e também intervir mais diretamente no trabalho das escolas, através de uma orientação ideológica.

Uma nova versão do projeto foi apresentada entre o final de 1938 e o início de 1939, mas dessa vez com modificações que retiravam o caráter militar da organização. Sua nova denominação passava a ser “Juventude Brasileira”, e em sua organização já aparecia o Ministério da Educação e Saúde.

Esvaziada de suas pretensões iniciais, impedida de competir com as Forças Armadas na militarização da sociedade, a Juventude Brasileira se limitaria, daí por diante, ao culto mais ou menos ritualístico das grandes datas nacionais, sem que ninguém por ela realmente se interessasse e tratasse de dar-lhe impulso. A entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados seria a pá de cal que levaria à extinção do projeto já natimorto de uma organização fascista da juventude no Brasil só prolongado um pouco mais pela inércia da burocracia. (Schwartzman, Bomeny, Costa, 2000, p.150)

3.2

A formação de uma identidade nacional

Todo o esforço para a estruturação e hierarquização social buscava o estabelecimento de uma “identidade nacional”, o que não seria simples levando-se em conta a diversidade étnica e cultural do país. O interesse em unificar o povo em torno de um ideal de ‘brasilidade’ também faz sentido quando nos lembramos do constante esforço do Estado para eliminar ou pelo menos enfraquecer a ascendência dos poderes regionais.

A formação do Estado Nacional passaria necessária e principalmente pela homogeneização da cultura, dos costumes, da língua e da ideologia. Não faltavam propostas de criação de planos de “unificação ideológica do país” que tratavam basicamente da eliminação dos “focos de contaminação” identificados ora com os comunistas, ora com os nazistas. A uniformização cultural implicava a exclusão dos “estrangeiros”, entendidos aqui como grupos estranhos ao projeto de nacionalização. A amplitude do que era considerado ‘estrangeiro’ poderia fugir à simples e direta vinculação à pátria de origem. Sendo uma estigmatização político-ideológica, cidadãos brasileiros poderiam ser considerados como tal se discordassem da doutrina oficial. Não era preciso ter nascido em outro país para ser identificado com o comunismo ou com o nazismo. A pretensão internacionalista do primeiro e expansionista do segundo acabaram por reuni-los no rol dos que eram acusados de desagregar, contaminar e desfazer o que deveria estar agregado, puro e ordenado. (Schwartzman, Bomeny, Costa, 2000, p.182)

Para a formação de uma nova sociedade seria necessário o desenvolvimento de um “novo cidadão”. Seria através do Estado que os esforços se tornariam efetivos. Em meio a um período da história onde as condições do operariado se tornavam questão crítica, a proposta de ideologias que pudessem fornecer aos trabalhadores alguma espécie de proteção, ou de garantias, seriam bem vindas. Nesse sentido, o Estado considerava que o processo “civilizador e modernizante” eram produtos diretos do trabalho.

O ideal de justiça social vai sendo explicitado como um ideal de ascensão social pelo trabalho, que tem no Estado seu avalista e intermediário. O ato de trabalhar precisa ser associado a significantes positivos que constituam substantivamente a superação das condições objetivas vividas no presente do trabalhador. A ascensão social, principalmente em sua

dimensão geracional, aponta o futuro do homem como intrinsecamente ligado ao ‘trabalho honesto’, que deve ser definitivamente despido de seu conteúdo negativo. O trabalho é civilizador: “O trabalho não é um castigo nem uma desonra. Só o é para os que alienam o seu valor de colaboradores sociais e trabalham bestializados sob o império da máquina. A mecanização sem inteligência e sem ideal, é o que torna o homem mercadoria das forças econômicas”. (Lippi Oliveira et al., 1982, p.155).

A organização do trabalho no governo Vargas se deu principalmente através da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e do Ministério da Educação e Saúde. Através deles, o Estado poderia administrar os aspectos da vida do povo brasileiro de forma mais abrangente, cuidando da saúde, educação, alimentação e da habitação. O sucesso e a realização do cidadão deveriam passar pelo trabalho, e as conquistas individuais não deveriam interferir nos interesses comuns da sociedade. Inclusive no samba, a imagem do “malandro” foi ferozmente combatida, aquele cidadão avesso ao trabalho, devia ser substituído por um outro que possui uma “esperteza”, mas que tem orgulho de ser um trabalhador.

Outras imagens além do próprio Getúlio e do trabalhador brasileiro deveriam fazer parte do imaginário nacional. Considerando-se uma evolução da política social da história brasileira, o Estado Novo buscou no passado eventos e personalidades que servissem como elementos que justificassem e naturalizassem o governo autoritário de Vargas, servindo como exemplos de luta pela soberania nacional. Assim, a Inconfidência mineira ou a Guerra do Paraguai forneceram ao país heróis, nas figuras de Tiradentes e Duque de Caxias. O folclore brasileiro também forneceu os estereótipos dos genuínos homens da terra, e que traduziriam de forma mais autêntica o sentido de brasilidade, como o gaúcho, a baiana e o malandro carioca.

Apesar do começo desfavorável, o regime de Vargas voltou-se para a preservação como um meio de institucionalizar e nacionalizar a revolução. Um fator motivador era ideológico, porque a influência de um espírito preservacionista foi alimentado pelos ataques do regime ao liberalismo. Conforme a lógica dos ideólogos conservadores do regime chegou, o liberalismo havia sido mal adaptado para o republicanismo brasileiro, conduzindo para o domínio das oligarquias corruptas sobre uma população culturalmente privada de seus direitos. Abolindo-se o federalismo, as políticas eleitorais, e a elevação do indivíduo sobre a coletividade, os ideólogos interpretaram a revolução como um corretivo para as políticas desencaminhadas da República Velha. Em tempo, eles também atingiram uma legião de políticas associadas com o liberalismo, incluindo a recusa de destinar fundos públicos para proteger o patrimônio

nacional. A preservação ofereceu ao regime de Vargas a oportunidade de se distinguir da República Velha no terreno programático, assim como no ideológico. (Williams, 2001, p.92)

Objetivando o estabelecimento de monumentos para a nação, o Estado Novo buscou na história os símbolos da nacionalidade, sendo um deles a cidade de Ouro Preto em Minas Gerais. A cidade era um local privilegiado, pois foi o palco da Inconfidência Mineira. Os museus também tiveram um papel importante para a formação da memória, e o fortalecimento do sentimento de ‘brasilidade’, pois eram locais que conservavam grande quantidade de itens históricos preservados, e que serviriam como elementos importantes para a formação do “sentimento de brasilidade”. Para coordenar esse esforço de preservação de acervos e de administração da memória nacional, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN, criado no ano de 1937, mesmo ano em que o Estado Novo se estabeleceu no poder. O trabalho do SPHAN dava o crédito de guardião das riquezas históricas do país ao regime de Vargas. A importância do controle da memória nacional pode ser medida pela força do decreto-lei 25, que garantia aos monumentos o status de patrimônio, e dava ao Estado o poder de administrá-los sem restrições. (Williams, 2001, p.90)

No entanto, a história contada pelos museus não necessariamente estaria relacionada com experiências positivas. A colonização européia, a escravidão, a mistura racial e a pobreza causavam desconforto para aqueles que trabalhavam com os acervos ou visitavam os museus, evidenciando um sentimento de constrangimento do novo Brasil ao olhar para o seu passado. A necessidade de se alterar o ponto de vista, privilegiando os aspectos positivos da história brasileira tem como um exemplo a reabilitação da memória do Império, que tem como exemplos a construção de um mausoléu para Pedro II e a Imperatriz Tereza Cristina e um museu criado no palácio de verão do imperador em Petrópolis.

O discurso de Vargas na dedicação do mausoléu exaltou Dom Pedro II como um líder heróico, grande homem das letras e da ciência, e um patriota que trouxe estabilidade e dignidade ao Brasil do século dezenove. Sob a autoridade benevolente de Pedro, Vargas argumentou, o Brasil conheceu a integração interna, a defesa do território nacional, a ‘evolução’ da escravidão para o trabalho livre, e o nascimento da industrialização. Nessa descrição altamente favorável da monarquia, um D. Pedro II idoso e adoentado condescendentemente sacrificou o trono para abrir caminho para a nova ordem republicana. Os republicanos, de acordo com Vargas, permaneceram respeitosos de seu líder deposto que

espontaneamente partiu para o exílio na Europa ao invés de provocar divisões internas. A visão de Vargas da história do império e dos eventos rodeando a proclamação da República eram altamente atraentes. Como memória, cabia perfeitamente nas tentativas do regime de Vargas de completar a reabilitação da monarquia dos Bragança. Como história, entretanto, existiam muitas falhas na versão de Vargas para a sociedade do século dezenove. O império reabilitado foi uma ficção escrita em nostalgia. (Williams, 2001, p.151)

Assim como os regimes autoritários da Alemanha e da Itália, o Estado Novo buscou no passado os alicerces para sua ideologia e suas ações. O árduo e grandioso trabalho no estabelecimento de um patrimônio histórico, na construção de monumentos, e no resgate dos heróis nacionais buscava estabelecer um sentimento de “brasilidade”, de unidade nacional, que fosse capaz de reforçar o reconhecimento da autoridade e do poder do governo federal. Além de um elemento de fortalecimento do poder interno, a identidade nacional serviu como argumento para defesa das ameaças de outras culturas, um medo constante em se tratando de um país imenso e com grande diversidade cultural.

A identidade nacional serviu também como forma de ‘exportar’ a cultura brasileira para o exterior. Baseando-se nos pilares do modernismo e da lusofilia, onde o primeiro servia para demonstrar a vanguarda do regime, e o segundo ligava a nação às tradições do passado, o Estado Novo buscava sua legitimação internacional, enaltecendo suas conquistas.

3.3 O Departamento de Imprensa e Propaganda

No projeto político estado-novista, a dimensão ideológica adquire peso fundamental, na medida em que se constitui numa doutrina de ‘obrigação política’ para a sociedade civil. A cidadania é redimensionada por essa doutrina, que busca envolver os diversos setores sociais na política do Estado. Sabemos que o regime tem como uma de suas maiores preocupações construir uma nova estratégia político-ideológica, capaz de legitimá-lo frente à opinião pública. Evidentemente, tal fato não nos autoriza a pensar que a ‘nova ordem’ tenha se instaurado a partir de um consenso existente no conjunto da sociedade. As formas de integração social, implementadas a partir do Estado, têm metas variadas: podem visar a obtenção de consenso ativo entre os atores sociais, assim também como o seu consenso passivo. No projeto político, a ênfase à legitimidade e à participação não exclui necessariamente a coerção e a marginalidade. (Lippi Oliveira, 1982, p.71).

A preocupação do governo com o controle de informação e a divulgação de propaganda ideológica existiu antes mesmo do estabelecimento do Estado Novo em 1937. Já no ano de 1931, logo após a revolução, o governo provisório criou o Departamento Oficial de Propaganda (DOP), órgão que no mesmo ano criou um programa oficial que seria transmitido pela rede de radiodifusão, além de se ocupar em fornecer informações oficiais à imprensa. Em 1934 o DOP foi reorganizado, transformando-se no Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). O objetivo do novo departamento era disseminar idéias e estimular a produção de filmes educativos, utilizando-se de processos técnicos modernos como o cinema e radiotelegrafia. O DPDC esteve no início sob direção de Salles Filho, que foi substituído pelo jornalista e escritor Lourival Fontes.

No ano de 1938, uma nova reorganização se fez necessária, já que o poder de ação do órgão havia se ampliado bastante quando passou a coordenar suas ramificações estaduais. Nesse sentido criou-se o Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que concentrava suas ações no rádio, na imprensa, no cinema e no turismo, sendo o responsável pela difusão de informações nacional e internacionalmente.

Com um controle mais sofisticado dos veículos de informação, o DNP tinha como seu principal meio de difundir idéias o rádio, sendo o responsável pela “Hora do Brasil”, e chegando a fornecer aparelhos de rádio para serem colocados nas praças públicas das cidades do interior. No

cinema, divulgava as notícias do Brasil, inclusive para o exterior, além de promover produções de caráter turístico e exercer censura aos filmes exibidos. Na seção de turismo, fornecia informações sobre o país para estrangeiros visitantes, além de editar cartazes e folhetos para propaganda. Através da Agência Nacional, estabeleceu um serviço regular de informações, distribuindo notícias para grande número de jornais brasileiros e estrangeiros. O DNP expandiu suas funções, chegando à difusão de publicidade na imprensa escrita, assim como no rádio, e ampliando sua função de “educador cívico”. Dentro desse contexto, surgiria logo depois o Departamento de Imprensa e Propaganda, que tinha como diferença com relação aos outros órgãos o desenvolvimento de uma Divisão específica de imprensa, marcando definitivamente o interesse de intervenção estatal nos meios de comunicação, como modo de facilitar sua legitimação e evitar a oposição. O DIP também possuía uma produção editorial, destinada à divulgação das idéias e pensamentos produzidos por intelectuais ligados ao órgão. O próprio órgão editava publicações como *Cultura Política* e *Brasil Novo*.

A comunicação social estadonovista visava atingir e cooptar as classes trabalhadoras urbanas integradas ao jogo político pelo populismo. O tom do discurso populista negava a problemática de classe e ressaltava a presença de um Estado providencial, capaz de amparar e beneficiar todos os trabalhadores, fazer-lhes justiça e assegurar o que lhes era devido por seu esforço; incensava a figura de Vargas identificando ao pai onipresente que tudo vê e tudo compreende; apresentava a sociedade como um grupo homogêneo onde se igualavam operário e industrial, patrão e empregado, todos trabalhadores, empenhados na construção da nação. Esse discurso apresentava o trabalho como fator primordial da dignidade humana e lembrava repetidamente a legislação trabalhista, que havia colocado o Brasil entre as nações mais civilizadas do mundo. (Goulart, 1990, p.17).

Para conseguir transmitir a ideologia do Estado sem interferências, o DIP controlava o conteúdo de notícias, livros, filmes, peças de teatro, limitando também a ação da imprensa, ao direcionar todo o conteúdo apresentado. Sua estrutura permitia uniformizar as mensagens através de um noticiário próprio, existente também nos departamentos estaduais. As dificuldades de controle da imprensa regional foram superadas com a distribuição gratuita ou subvencionada de notícias que, por serem oficiais, sempre carregavam um conteúdo favorável ao governo.

A celebração também fazia parte do amplo leque de ações do DIP, principalmente quando relacionadas ao presidente. A

imagem de Vargas foi explorada amplamente, buscando relacioná-la a um modelo de cidadania a ser seguido. A celebração do mito estaria ligada a outros eventos criados para mobilizar a população, fossem em praças, estádios ou avenidas. O 1º de maio, o aniversário do Estado Novo, o aniversário de Vargas e outras datas comemorativas serviam como meio de difusão da ideologia do regime nacionalmente, já que eram coordenados pelos departamentos estaduais.

Silvana Goulart destaca a importância do órgão ao regulamentar e direcionar os meios de comunicação de massa e destaca a relação entre o departamento e os veículos em três sentidos principais. Primeiramente destaca sua responsabilidade em fiscalizar as normas de funcionamento dos meios de comunicação, chegando a interferir nas relações entre patrões e empregados dos veículos de comunicação, além de aplicar multas ou premiá-los de acordo com suas condutas. As empresas poderiam funcionar apenas se cadastradas pelo órgão, o que permitia que este tivesse conhecimento profundo da situação de cada uma. Uma forma eficaz de manipular a imprensa se realizava através do controle do fornecimento do papel para as empresas, já que era importado pelo governo e subvencionado para os jornais. O corte dessa vantagem servia como meio de pressionar os jornais que fizessem oposição ao regime. Depois, comenta a atuação do órgão na produção de bens culturais, sendo o responsável pela edição de livros, revistas, cartazes, folhetos, noticiários jornalísticos, além de filmes e programas de rádio. Ao final, destaca a responsabilidade do DIP em dirigir o conteúdo veiculado pela imprensa.

O DIP foi, portanto, um dos principais órgãos de animação nacionalista: realizava exposições, mostras de artes, concertos, conferências, palestras, visando apreender a realidade brasileira. Os filmes, livros, folhetos, cartazes, programas de rádio produzidos pelo órgão também elegeram o Brasil como seu tema principal. Além disso, o DIP apoiava e patrocinava festas populares de cunho folclórico, festejos cívicos, excursões turísticas a sítios históricos e pitorescos. (Goulart, 1990, p.27).

O Departamento de Imprensa e Propaganda conseguiu agir de forma tão abrangente graças ao seu status próximo ao de um ministério. Ao contrário dos órgãos antecessores, que eram coordenados pelo Ministério da Justiça, o DIP respondia diretamente ao presidente da República.

Estruturalmente, o Departamento de Imprensa e Propaganda era organizado em seis divisões, sendo elas: Divisão de Divulgação, Divisão de Radiodifusão, Divisão de Cinema e Teatro, Divisão de Turismo, Divisão de Imprensa e Serviços Auxiliares.

O DIP foi dirigido por Lourival Fontes de 1939 a 1942. O Major Coelho dos Reis o substituiu de agosto de 1942 até julho de 1943, seguido pelo Capitão Amílcar Dutra de Menezes que atuou até a extinção do departamento em 1945.

O DIP possuía um quadro de funcionários fixos ou requisitados e contava com extranumerários admitidos conforme a legislação em vigor. Os censores vieram do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, assim como do extinto Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC).

O decreto de criação previu a necessidade de constituir representantes do DIP nos estados e solicitar colaboração, irrecusável, das autoridades locais. Posteriormente, em setembro de 1940, o decreto-lei n.º 2.557 dispôs sobre o exercício das funções do DIP nos estados e criou os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda, fazendo referência à instalação posterior de Serviços Municipais com a mesma função. (Goulart, 1990, p.62).

A Divisão de Divulgação era responsável pela difusão da doutrina do regime e por divulgar as realizações do Estado. Também era responsável pela interdição de livros e publicações que não estivessem de acordo com a ordem vigente, além de organizar espetáculos musicais, sessões literárias, e outros eventos que divulgassem os artistas brasileiros, tratando também da promoção de eventos comemorativos nos dias nacionais, onde realizava recitais, concertos e desfiles, cuidando também da distribuição de matéria paga oficial para a imprensa.

A Divisão de Imprensa era a responsável pela censura e coordenação dos trabalhos da imprensa, possuindo um serviço de fornecimento de artigos e fotografias que eram distribuídos aos jornais e demais veículos de comunicação. Trabalhando em conjunto com essa divisão estava o Conselho Nacional de Imprensa, realizando um trabalho próximo ao cotidiano das empresas jornalísticas, fazendo o contato delas com o DIP. O CNI era o responsável pelo abastecimento de papel e de outras matérias-primas para a indústria editorial, cuidando também das condições de trabalho dos funcionários dessas empresas. Outra atividade de responsabilidade do conselho era o registro e classificação dos periódicos de acordo com suas características, periodicidade e gênero. Publicações que divulgassem qualquer conteúdo contrário ao regime sofriam punições, que poderiam chegar ao cancelamento de seus registros. A Agência Nacional era mais um órgão que era ligado à Divisão de Imprensa, embora possuísse um papel de destaque relacionado às outras. Sua função era a de fornecer matérias para todos os outros órgãos, servindo de ligação entre eles e órgãos de imprensa nacionais e internacionais.

Como agência, era o centro de todos os serviços jornalísticos do DIP e executora das atividades do setor de imprensa. Atuava como um jornal, durante os três expedientes, dispondo de equipes completas de redatores, repórteres, tradutores, taquígrafos etc., inclusive de editores em áreas específicas e editor-chefe. Suas equipes de reportagem se deslocavam para onde houvesse um fato de interesse nacional. Em 1944, a agência contava com 220 funcionários. (Goulart, 1990, p.68).

A Divisão de Rádio também era de grande importância dentro da estrutura do DIP. Além de regulamentar e coordenar os trabalhos das emissoras, exercia um papel fundamental na disseminação da ideologia do regime, ao transmitir seus programas em rede nacional. O programa “Hora do Brasil” representava esse esforço, onde a programação era formulada buscando lançar conteúdo informativo, cultural e cívico.

O programa noturno do governo produzido pela primeira vez em 1931, Hora do Brasil, deteve o potencial de ter um imenso impacto na cultura brasileira. Discursos altamente doutrinários e autoritários acompanharam reportagens apolíticas sobre educação, comércio, produção industrial, e eventos culturais. A programação musical ia de composições firmemente nacionalistas a transmissões de música sinfônica e popular de compositores brasileiros de estrangeiros. A programação de noticiários da Hora do Brasil, suprida por notas de imprensa da Agência Nacional, cobria uma grande variedade de histórias sobre eventos nacionais e internacionais. A lei federal garantiu que a Hora do Brasil desfrutasse de grande exposição requerendo que todas as estações de rádio licenciadas transmitissem o programa às 20:00h. (Williams, 2001, p.87)

Como conteúdo informativo, o programa apresentava as ações cotidianas das autoridades, enquanto a programação cultural apresentava a música, além da divulgação das regiões do país, descrevendo os pontos turísticos de cada localidade. O papel de fiscalização da programação das emissoras também era da Divisão de Rádio, que era também responsável pela censura do conteúdo de letras de música e das gravações dos discos. A Divisão de Cinema, como as outras divisões, também tratava da censura, nesse caso na produção de filmes. Um filme para poder ser veiculado precisava de um certificado de aprovação, e ainda passava por uma inspeção, do conteúdo como da uniformidade e correção ortográficas de suas legendas. A divisão também produzia filmes de propaganda, o “Cinejornal Brasileiro” que era exibido em todos os cinemas do país.

O Cine Jornal ofereceu visões do Brasil cuidadosamente trabalhadas, e seus progressos sob o governo de Vargas. Os cines jornais davam uma aparência falsa sobre os detalhes das

políticas públicas da Era Vargas, permitindo que imagens sedutoras e a orquestração desenvolvessem a textura visual da política cultural patrocinada pelo Estado. Esses cines jornais eram ambientes importantes onde os administradores da cultura mostravam ao público brasileiro que ia aos cinemas que sua nação estava verdadeiramente no auge da dinâmica de modernização administrativa e política, diversificação econômica, e renovação cultural. Os cines jornais imaginaram os frutos da modernização sem nenhuma sugestão de conflito dentro do Estado ou na sociedade. As projeções obrigatórias certamente ajudaram a garantir que o público fosse exposto a um Brasil imaginado que não possuía conflito, miséria, retrocesso, e sem batalhas culturais (*culture wars*), mesmo que essa tenha sido a ficção de um regime repressivo. (Williams, 2001, p.84)

O DIP fazia também a distribuição dos filmes produzidos pelos órgãos do Estado, e quanto ao teatro, realizava a fiscalização nos mesmos moldes do cinema, cuidando também dos direitos dos artistas.

Os trabalhos da Divisão de Turismo estavam relacionados com a organização dos serviços turísticos, coordenando os trabalhos das organizações privadas e estatais. Além disso, seria responsável pela divulgação de material de propaganda turística no exterior. Nacionalmente, deveria fomentar o turismo interno e controlar as organizações e instituições ligadas ao turismo. No mesmo molde das outras divisões, cuidava da fiscalização e regulamentação das agências de viagem, assim como o cadastro de guias e intérpretes. Os cuidados com a imagem difundida do país também eram estendidos a essa divisão, que fiscalizava todo o material de divulgação (guias, roteiros, planos) das agências, e companhias de navegação e aéreas. Entre as responsabilidades da Divisão de Turismo, estava também a organização de exposições e o incentivo para a construção de hotéis, orientando os estados para a construção dos estabelecimentos em cidades de interesse turístico.

Um instrumento de divulgação e construção da ideologia do Estado Novo foi a revista *Cultura Política*, que era considerada a publicação oficial do DIP. Outras publicações coexistiam com a *Cultura Política*, mas esta possuía um número maior de colaboradores, entre eles os grandes intelectuais e ideólogos do regime. A natureza da publicação indicava seu direcionamento para um público seletivo, familiarizado com o conhecimento acadêmico e científico.

Como porta-voz do DIP, a revista “*Cultura Política*” explicitou de forma muito completa aspectos do arcabouço político-ideológico do Estado Novo. Esse ideário vinha exposto principalmente nos editoriais da publicação, em sub-editoriais inseridos na seção “Brasil social, intelectual e artístico” e

através de textos e discursos assinados por Getúlio Vargas, de publicação irregular. (Goulart, 1990, p.91).

O DIP, no entanto, não concentrava suas publicações apenas para a intelectualidade. Várias obras, não periódicas, eram criadas buscando glorificar a imagem do regime e de suas realizações. Várias biografias do presidente foram criadas, sendo muitas em formato de cartilha para distribuição para o público infante-juvenil. Sobre o livro *Uma Biografia para gente nova* de Georgino Avelino publicada pelo DIP em 1941, Heloísa Paulo diz:

O livro, destinado ao público jovem, é uma espécie de manual de civismo, que tem como pano de fundo a trajetória do Presidente Vargas da sua infância até aos dias da sua posse. Uma outra obra merecedora de destaque é *O Brasil Novo - Getúlio Vargas e sua vida para a criança brasileira*, de André Carrazzoni, biógrafo oficial de Getúlio. É um livro infantil, datado de 1941, ilustrado a cores por Romero Filho com cenas da vida de Vargas e das obras empreendidas pelo Estado Novo, sendo entre todas as obras citadas a mais cuidada em termos de edição. Há, ainda, que assinalar a existência de folhetos com biografias do Presidente sem autoria declarada. Estes últimos surgem em 1940, por ocasião da primeira comemoração oficial do aniversário de Vargas e, entre eles, dois deles merecem menção: *Getúlio Vargas para os escolares*, uma folha dupla com um relato biográfico sumário, e *Getúlio Vargas, sua vida e seu mandato histórico*, uma pequena brochura, ambos distribuídos nas portas das escolas oficiais e nas repartições públicas na data natalícia de Getúlio, 19 de Abril. A mensagem contida é simples: a da predestinação do Presidente na vida política e na "salvação" da ordem nacional. (Paulo, 1994, p.145)

As ações do DIP permaneceram firmes durante os anos do Estado Novo, modificando no entanto seu enfoque a partir de 1942, ano em que o Brasil se aproxima dos Estados Unidos, afastando-se das potências do Eixo. Mudanças significativas ocorrem depois que Lourival Fontes pede demissão da diretoria do órgão em 17 de julho. O DIP busca melhorar sua imagem perante a opinião pública, direcionando suas ações para a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. A entrada posterior de dois diretores militares reflete as prioridades do órgão para a propaganda durante a guerra.

A marca militarista é imposta em definitivo ao D.I.P. As cerimônias do regime continuam a ser realizadas, mas a ênfase recai na "defesa da Pátria" e na mobilização para o esforço de guerra, temas que são repetidos nas publicações e nos apelos feitos em cartazes e nas emissões radiofônicas. Nos "Cine-Jornais" são mostradas as cenas do embarque dos combatentes, os "pracinhas", do *front* europeu, dos locais das batalhas e a resposta popular ao apelo do regime para a situação de emergência provocada pela guerra. Toda a produção do órgão é

ajustada a este novo contexto, ainda que não consiga esconder a decadência interna da sua organização. Tal desestruturação reflete-se nos periódicos do D.I.P., através da variação das temáticas originais e da menor regularidade em termos de publicação. Há uma espécie de "esvaziamento" das atividades culturais e os pedidos de demissão nas diversas Divisões, que se seguem à saída de Lourival Fontes, desarticulam o trabalho até então realizado. Por outro lado, a guerra como temática principal da propaganda oficial, a partir de 1942, suscita debates entre especialistas, ou seja, militares, que assumem, desta forma, posição de destaque na produção discursiva do Departamento. (Paulo, 1994, p.149)